

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Educação, Ciência,
Juventude e Desporto
Deputado Firmino Marques

Assunto: Pedido de audiência

Serve-se a Federação Académica do Porto da presente mensagem para solicitar uma audiência à Comissão que Sua Exa. preside para que possam ser discutidas as matérias de resposta e/ou adaptação do Ensino Superior no combate à Covid-19. Muitas dessas preocupações foram já transmitidas numa carta que enviei a V. Exa, no passado dia 15 de maio, que transcrevo abaixo:

1. **Abandono escolar e ação social.** Num cenário onde muitas famílias sofreram, ou sofrerão, cortes de rendimentos as despesas associadas à frequência do Ensino Superior podem avolumar-se no contexto do orçamento familiar. Isto poderá traduzir-se, como verificado na última crise económica num aumento brutal da taxa de abandono escolar precoce, revertendo a tendência positiva de aumento do número de estudantes no Ensino Superior num altura em que Portugal ainda se encontra abaixo da média da EU no número de diplomados entre os 30-34%, tendo inclusive falhado a meta para 2020. Adaptar o sistema de ação social para prevenir este fenómeno é prioritário evitando que nenhum estudante seja deixado para trás nem que alguém seja impedido de ingresso no ES por falta de condições económicas. Aqui, consideramos essencial a revisão dos critérios de atribuição de bolsas de estudo para o próximo ano letivo uma vez que, pelos critérios atuais, ficaram excluídos os meses de pandemia em que muitas famílias viram os seus rendimentos afetados, havendo o risco de deixar de fora muitas famílias que, de facto, necessitam desse mesmo apoio.

Ainda na senda da garantia de apoio a quem mais precisa, é importante que sejam revistos os regimes de prescrições e aproveitamento académico para efeitos de atribuição de bolsa de estudo. Por último, apela-se a que se estude uma solução, em articulação com as entidades competentes para o efeito, para situações de eventual fragilidade de estudantes internacionais, que também são parte da nossa comunidade académica e se viram gravemente afetados pela crise instalada.

2. **Acesso aos recursos tecnológicos.** Um dos problemas que viva esquecido ou disfarçado era a falta de acesso dos jovens estudantes a um computador e internet. Se até agora esta lacuna ia sendo colmatada pelos equipamentos disponibilizados nas IES, no regime de ensino à distância a falta destes recursos deverá ser entendido como falta de acesso à Educação e isso não podemos permitir. Tendo sido montados programas de disponibilização de computadores e internet para dar resposta imediata às queixas que iam chegado às estruturas de representação estudantil e às IES o problema foi solucionado a curto prazo. Contudo, considerando que é consensual de que o ensino a



distância será para manter, em proporções ainda a serem estudadas, este tipo de recursos torna-se indispensável em casa de cada um dos estudantes. Importa, por isso, criar condições para facilitar o acesso dos estudantes, e das suas famílias, a este tipo de equipamentos para que o parque informático da população estudantil fique preparado para uma realidade de ensino onde não podem abdicar dele.

3. **Inovação e formação pedagógica.** Depois de semanas onde o foco foi adaptar a realidade académica ao estado de exceção transitamos para uma nova onde se fala de uma preparação do novo ano letivo numa nova normalidade. Nesta discussão que se começa a ter nas IES é reconhecido que o ensino à distância veio para ficar, algo que não é novo, mas para o qual, mais uma vez, não estávamos preparados. De um modo geral, a formação pedagógica ainda é algo voluntário e adicional à carreira de docente. Importa, a partir de agora, para que a evolução da forma de ensinar se faça de forma sólida que se encare a introdução da formação pedagógica como algo a ter em conta no acesso e na progressão da carreira docente, à semelhança de muitos outros países da União Europeia.

Cordiais saudações académicas,


Marcos Alves Teixeira,
Presidente da Federação Académica do Porto